



# A REVOLTA DOS UNIVERSITÁRIOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR EM CURITIBA: RESISTÊNCIAS E ACOMODAÇÕES (1968)

THE REVOLT OF UNIVERSITY STUDENTS IN THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN CURITIBA: RESISTANCE AND ACCOMMODATION (1968)

**SILVA, Luiz Gabriel da<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-1843-980X>

**RESUMO:** Neste artigo, pretende-se analisar as trajetórias de cinco representantes do movimento estudantil, sobretudo no ano de 1968, os quais durante a ditadura civil-militar<sup>2</sup> protagonizaram embates com as forças repressivas, passando da resistência a uma acomodação temporária. O termo *acomodação* faz parte de uma das três categorias designadas por Motta (2014), a saber, *adesões*, *acomodações* e *resistências*. Como fontes, serão analisados vídeos com os seus respectivos testemunhos, gravados pelo projeto *Depoimentos para a História*, bem como alguns trechos do relatório da *Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban*, a fim de compreender algumas informações trazidas nas entrevistas, relacionando-as à repressão no período, além do Manual da Escola Superior de Guerra (1975), para entender o interesse do regime pela área da Educação e a noção de *Ações Psicológicas e Guerra Psicológica*. Como referencial teórico, serão utilizados os conceitos sobre revolta, de Furio Jesi (2019), além de alguns pressupostos acerca da História Oral, de Alessandro Portelli (2016), bem como o conceito de *empreendedores de memória*, de Elizabeth Jelin (2002), dentre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura civil-militar; Movimento estudantil; Universidade.

**ABSTRACT:** In this article, we intend to analyze the trajectories of five representatives of the student movement, especially in 1968, who during the civil-military dictatorship fought with repressive forces, moving from resistance to temporary accommodation. The term accommodation is part of one of the three categories designated by Motta (2014), namely adhesions, accommodations, and resistances. As sources, videos will be analyzed with their respective testimonies, recorded by the *Depoimentos para a História* project, as well as some excerpts from the report of the State Commission for Truth Teresa Urban, in order to understand some information brought in the interviews, relating them to the repression in the period, in addition to the Manual da Escola Superior de Guerra (1975), to understand the regime's interest in the area of Education and the notion of Psychological Actions and Psychological Warfare. As a theoretical reference, Furio Jesi's (2019) concepts of revolt will be used, as well as some assumptions about Oral History, by Alessandro Portelli (2016), as well as the concept of memory entrepreneurs, by Elizabeth Jelin (2002), among others.

**KEYWORDS:** Civil-military dictatorship; Student movement; University.

1 Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2011), especialista em História e Geografia do Paraná pelas Faculdades Itecne de Cascavel (2017) e mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Paraná (2018). Atualmente é doutorando em História pela mesma instituição, na linha de pesquisa em Arte, Memória e Narrativa. E-mail: [dasilvaluizgabriel@gmail.com](mailto:dasilvaluizgabriel@gmail.com).

2 A definição de ditadura civil-militar, embora não seja consenso na historiografia, parece a mais adequada, pois conforme ressalta Reis (2014), o regime só obteve sustentação pelo apoio de civis, que apoiaram tanto o golpe, quanto sua manutenção durante 21 anos.

## INTRODUÇÃO

No presente artigo, serão analisadas as trajetórias de cinco estudantes universitários no contexto da ditadura em Curitiba, sobretudo nos desdobramentos políticos de 1968, ano cujos rumos do país foram drasticamente alterados, passando de um cenário de efervescência estudantil (mesmo em meio à ditadura) para uma repressão que praticamente desmantelou o movimento.

O critério para seleção dos testemunhos é o de nível de protagonismo na atuação destes estudantes à época, com relação aos eventos analisados aqui, bem como a relevância de suas respectivas instituições no contexto da ditadura. Dessa forma, foram escolhidos três estudantes da UFPR, uma que foi forçada a migrar da UFPR para a PUCPR e um da PUCPR.

Os estudantes escolhidos para esta análise foram preponderantes na luta contra a ditadura civil-militar em Curitiba, atuando intensamente nos desdobramentos de 1968, os quais eram reflexo das políticas universitárias impostas pelo regime, tais como: a implementação do ensino pago e a interferência na autonomia estudantil em órgãos representativos. A análise dos depoimentos apoia-se nas observações de Portelli (2016), cujo autor chama a atenção para alguns pressupostos aos quais o historiador deve sempre estar atento ao se trabalhar com narrativas orais:

Do ponto de vista dos historiadores tradicionais, metodologicamente mais conservadores, a objeção mais importante à história oral dizia respeito à sua confiabilidade: não podemos nos fiar em narrativas orais porque a memória e a subjetividade tendem a “distorcer os fatos”.

Em primeiro lugar, nem sempre este é o caso. Ademais, como podemos nos assegurar de que distorções igualmente sérias não são encontradas em fontes documentais mais estabelecidas? Portanto, assim como ocorre com todas as outras fontes, a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fonte.

Em segundo lugar, e mais importante, os trabalhos de história oral mais avançados criticamente e mais conscientes metodologicamente reorientam esta questão: o que faz com que estas fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o ato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir de dados e criam significado através do trabalho da memória e do filtro da linguagem. [...] Quando trabalhamos com fontes orais, devemos então traçar um caminho complexo cobrindo três níveis distintos, mas interconectados: um fato do passado (o evento histórico), um fato do presente (a narrativa que ouvimos) e uma relação fluida, duradoura (a interação entre estes dois fatos).

Sendo assim, o trabalho do historiador oral envolve:

- A historiografia, no sentido tradicional (a reconstrução de eventos passados);
- A antropologia, a análise cultural, a crítica textual (a interpretação da entrevista)

- O espaço intermediário (como esses eventos produzem determinada história ou determinada narrativa).

A história oral, então, é a história dos eventos, a história da memória e a história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaborações e reconstrução de significado (PORTELLI, 2016, p. 17- 18).

As observações do autor são bastante pertinentes, pois tais critérios são imprescindíveis na análise das narrativas, para que seja possível determinar quais significados esses eventos históricos tiveram na vida deles e a ressignificação que atribuíram aos acontecimentos anos depois, quando reviveram essas experiências.

Com relação ao projeto *Depoimentos para a História*, é importante destacar que tal iniciativa foi capitaneada por Antônio Narciso Pires de Oliveira, militante na luta contra o regime na década de 1970. Narciso idealizou o projeto em consonância com o projeto *Marcas da Memória* da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, fundo de apoio às iniciativas de memória, capitaneadas pelo Governo Federal. Ao mesmo tempo em que lançava a série de vídeos, Pires publicou um livro homônimo ao projeto. Na apresentação da obra, Paulo Abrão, então Secretário Nacional de Justiça e Presidente da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, traz a seguinte reflexão:

É neste contexto de luta pelo resgate da memória histórica que nasce “Depoimentos para a História – a resistência à ditadura militar no Paraná”.[...] Neste ano de cinquentenário do golpe, a obra cumpre o papel fundamental de contar a história daqueles que resistiram à imposição de um Estado autoritário dedicando suas vidas à luta pela liberdade e democracia. A esses bravos heróis devemos nossas homenagens e agradecimentos por permitirem que, hoje, possamos viver em um país livre. Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça (ABRÃO, in: OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, p. 25).

Esse excerto de Abrão, que fala sobre “resgate da memória histórica”, demonstra uma intencionalidade de trazer ao debate memórias que muitas vezes ficaram soterradas, conforme se falará mais adiante. Este tipo de ação é o que Elizabeth Jelin (2002) considera inerente aos “empreendedores de memória”. De acordo com a autora, os movimentos de direitos humanos, especialmente no contexto das ditaduras do Cone Sul, se incumbiram da tarefa de trazer à tona memórias que não faziam parte da história institucionalizada pelo Estado até então, no processo de construção das identidades. Nesse sentido, o relatório da *Comissão Estadual da Verdade Tereza Urban* pode ser considerado como um esforço da mesma categoria.

Com relação aos estudantes selecionados para esta análise, o critério justifica-

se pelo fato de possuírem papéis de destaque à época, optando pelo enfrentamento à repressão, passando mais tarde ao que Motta (2014) classifica como *acomodação*. Todavia, é importante salientar que essa categoria (assim como as demais) não é estanque, ora sendo utilizada para arranjos dentro das universidades para conciliar interesses distintos, ora para caracterizar estudantes que não se envolviam em nenhum conflito, ou, como no caso a ser analisado aqui, daqueles que atuaram na resistência, mas por motivos distintos tiveram que abandonar a luta, mesmo que temporariamente, seja pelo recrudescimento do regime ou por impossibilidades decorrentes do fato de estarem respondendo a processos.

Sobre a atuação dos estudantes que resistiram ao regime em 1968, é importante entender a conotação da palavra revolta, aqui compreendida de modo diametralmente distinto de revolução. De acordo com Jesi (2018), esta possui, geralmente, um planejamento de médio e longo prazo, composto de movimentos insurrecionais coordenados e orientados, balizados por um objetivo final. Outrossim, os movimentos capitaneados pelos estudantes possuem características distintas destas apresentadas, uma vez que foram ações fomentadas no calor do momento, oriundas das circunstâncias impostas de maneira imediata. Conforme salienta Jesi,

O que mais distingue a revolta da revolução é uma diversa experiência do tempo. Se, com base no significado corrente das duas palavras, a revolta é um repentino foco insurrecional que pode ser inserido dentro de um desenho estratégico, mas que por si só não implica uma estratégia de longo prazo, e a revolução é, por sua vez, um complexo estratégico de movimentos insurrecionais coordenados e orientados relativamente a longo prazo em direção a objetivos finais, seria possível dizer que **a revolta suspende o tempo histórico e instaura repentinamente um tempo em que tudo isso que se realiza vale por si só, independentemente de suas consequências e de suas relações com o complexo de transitoriedade ou de perenidade no qual consiste a história** (JESI, 2018, p. 63, grifos meus).

Assim, o termo revolta parece o mais adequado para descrever as ações discentes no enfrentamento à ditadura no contexto aqui apresentado.

## O ENFRENTAMENTO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À DITADURA

Antes de analisar o movimento estudantil no período supracitado é necessário frisar que a questão educacional já era objeto de controvérsia no Paraná antes mesmo da instauração do regime. Enquanto outros estados faziam as conhecidas “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”, antecedendo o golpe de 1964, Curitiba se destacou por um evento diferente, conhecido como “Marcha a Favor do Ensino Livre”. Tal evento

havia sido organizado pela União Cívica Feminina (UCF), entidade de viés conservador e assistencialista (CODATO; OLIVEIRA 2004). O movimento trazia pautas que incluíam uma suposta encampação, por parte do Governo Federal, das escolas particulares e o combate à adoção do chamado *Livro Único*, do Mec, que seria, de acordo com os organizadores da Marcha, um objeto de proselitismo marxista. Seus desdobramentos tiveram ampla cobertura da mídia, por jornais como o *Diário da Tarde*<sup>3</sup> e o *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados*<sup>4</sup>, exaltando o evento em sua cruzada anticomunista.

Tal episódio ilustra a condição *sui generis* que a cidade de Curitiba possuía no que tange às manifestações conservadoras antecedentes ao golpe. Esta característica, dentre outras, mostra que a cidade poderia ser, mais tarde, terreno fértil para algumas implementações de políticas da ditadura, as quais lentamente foram tomando forma a partir do golpe de 1964. Além disso, a Educação era vista como área estratégica pelos militares, tal como pode ser visto no Manual da Escola Superior de Guerra<sup>5</sup>, cujo texto salientava que

Desse modo, áreas como as da Educação, da Saúde, das comunicações, em nosso estágio de desenvolvimento, poderão ser consideradas Áreas Estratégicas, assim como o grande vazio da região amazônica, o Nordeste interiorano, determinadas regiões de fronteira e os grandes centros urbanos e industriais. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p. 100).

A área era vista como vital pelos militares na implementação das chamadas Ações Psicológicas, que visavam à adesão por parte da população a ideias que se desejava implementar.

Junto com o exame das políticas repressivas da ditadura e suas consequências na Educação, faz-se necessário apontar a influência dos Estados Unidos na Educação do país. Motta (2014) apontou a atuação direta e indireta dos militares nas universidades brasileiras, bem como a interferência nestas instituições por meio de acordos de parceria entre o Ministério da Educação e a USAID (*United States Agency for International Development*).

Já nos primeiros momentos do golpe a relação entre a Educação Superior e a ditadura se fez presente. O então Reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, foi alçado ao cargo de ministro da Educação do governo Castello Branco. Além disso, a repressão já atuou fortemente no movimento estudantil, pois entidades como a União Nacional dos Estudantes

---

3 Disponível em: <<https://bityli.com/ZNDyiz>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

4 Disponível em: <<https://bityli.com/tPjDpN>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

5 A Escola Superior de Guerra brasileira foi criada em 1949, por meio da Lei 785/49, baseada na escola estadunidense National War College, estando subordinada ao chefe do Estado Maior das Forças Armadas. A finalidade deste órgão a de elaborar planejamentos para a Segurança Nacional.

(UNE) e a União Paranaense dos Estudantes (UPE) tiveram seus prédios invadidos por agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) (ZAPARTE, 2011 p. 90).

Dentre as medidas iniciais do aparato repressivo no que tange à Educação, destaca-se a lei 4.464/1964, também conhecida como “Lei Suplicy”<sup>6</sup>, que reformulava o funcionamento das entidades estudantis, extinguindo órgãos como a UNE e a UPE. Dessa forma, somente órgãos como os Diretórios Centrais e Estaduais dos Estudantes (DCE’s e DEE’s) eram reconhecidos como legítimos, sendo estes atrelados ao MEC. Na prática, a autonomia estudantil era tolhida, mostrando o caráter autoritário do regime. Apesar da repressão inicial e da influência da ditadura na esfera educacional já nos primeiros momentos do golpe, ainda havia relativa liberdade de protesto, portanto, no Paraná, ações mais truculentas contra o movimento estudantil não foram massivas nesta primeira fase.

Para entender alguns interstícios entre enfrentamento da repressão e períodos de menor efervescência – tais como o início mais repressivo e um posterior arrefecimento até 1968 – é necessário ponderar que o regime possuía algumas políticas contraditórias, o que por vezes causava reações distintas, tanto de apoiadores como de opositores, a depender da medida adotada. Motta (2014, p. 290) analisa ao menos três correntes de pensamento no governo: o nacionalismo autoritário, o liberalismo e o conservadorismo. Reis (2014, p. 48-49) também destaca que não havia uma ideologia hegemônica, mas arranjos frágeis que ora resultavam em políticas mais repressivas ora em um recuo. Destarte, era comum ocorrerem medidas simultâneas que apontavam para direções opostas, como uma parte da liderança trabalhar para a melhoria das universidades e para as condições de trabalho dos professores e outra parte recrudescer a repressão e os expurgos. Motta (2014, p. 291) ainda pontua que o lema que conseguia sintetizar essas diversas gradações de pensamento era “desenvolvimento com segurança”, embora houvesse rachaduras na aparente coesão do lema, que escapam à simplificação. Aliás, a falta de uma diretriz clara no que tange à Educação e Cultura, ao contrário, por exemplo de como havia no Estado Novo, era justamente a brecha necessária à incorporação cultural de vários artistas e produtores de esquerda. Nesse caso, havia, muitas vezes, políticas de acomodação no sentido de conseguir agregar “no mesmo barco” diferentes projetos, como aliás sempre ocorreu na história brasileira. Seria uma forma de conciliar visões distintas, projetos conflitantes, mesmo em uma situação de repressão.

Entretanto, os arranjos frágeis entre as demandas estudantis (com pequenas conquistas) e o autoritarismo do regime começam a ruir a partir de 1967. Nesse ano, além

---

6 Disponível em: < <https://bityli.com/EMDPo> >. Acesso em: 1 jun. 2021.

de as entidades estudantis autárquicas estarem na ilegalidade, foi criada a Lei Aragão, que demandava a dissolução do patrimônio de órgãos como a UNE e a UPE (Brasil, 1967, S/P). No ano seguinte, o movimento estudantil, em concomitância com uma série de movimentos de contestação em várias partes do mundo, iniciou protestos mais vigorosos. No Paraná, a UPE, mesmo estando na ilegalidade, continuou articulando uma série de atos que passaram à ação após mais uma medida autoritária do regime que consistia na adoção, como resultado dos acordos MEC-USAID, de uma série de medidas que visava transformar as reitorias e órgãos auxiliares das universidades em simples e tão somente máquinas de gestão, bem como formar professores para o ensino básico e apoiar a educação industrial ou vocacional (MOTTA, 2014, p. 120), tirando o caráter científico em detrimento de um modelo voltado para as necessidades do mercado. Dentre as mudanças, seria implementado o ensino pago, sendo a UFPR escolhida para ser a pioneira neste sentido. A UPE se mobilizou em uma série de ações contrárias a esta política, cujo relato de seu líder Stênio Salles Jacob, retrata o estratagema utilizado pelos estudantes para barrar esta medida:

No final de 67 a Universidade introduziu o ensino pago na Universidade Federal do Paraná. E veja que esta medida atingia apenas os calouros. Não haveria anuidade para os veteranos, somente para os calouros. Uma medida que eu diria, até inteligente por parte da Reitoria, porque quem conseguia chegar à universidade, vinha de uma luta muito difícil, porque era uma competição muito grande, eram poucos que tinham condições de frequentar uma universidade... e o calouro, evidentemente que acabaria aceitando essa... essa cobrança de anuidade. Nós, já no final de 67 iniciamos um trabalho nos cursinhos [pré] vestibulares, esclarecendo os vestibulandos quanto ao que seria essa medida de cobrança de anuidade somente para os calouros. E o que aconteceu? Já no início de 1968,[...] nós convencemos os calouros, praticamente 100% deles, a requer o pedido de isenção do pagamento de anuidade. Nós montamos uma bancada, na frente da secretaria de cada faculdade, chegava lá o calouro, a gente explicava, ele já assinava o requerimento e acabava solicitando a isenção e não pagando a anuidade. Mas não pensem que isso era 100%... havia alguns reacionários que diziam: “não, eu quero pagar, eu vou pagar”. Mas... faz parte do processo (JACOB, 2014 s/p)<sup>7</sup>.

Fazendo um contraponto a essa visão engajada de Stênio, a narrativa de Judite Barboza Trindade, então caloura do curso de História da UFPR, demonstra uma visão um pouco mais romântica destes enfrentamentos:

Pra mim, 68, até dezembro foi uma grande festa. Porque eram passeatas atrás de passeatas, reuniões após reuniões, muito debate, muito cinema, muito teatro... era uma efervescência político-cultural muito grande. E como éramos todos jovens, nós curtíamos

---

7 09:00 – 10:29. Disponível em: < <https://bityli.com/nyDDb> >. Acesso em: 01 jun. 2021.

à exaustão estas oportunidades. É no final de 68, pelo menos em Curitiba foi assim, acho que Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, já começa um endurecimento muito grande bem antes. Mas em Curitiba, até o final de 68, não havia um grande endurecimento. Então, as pessoas eram presas, mas eram soltas, não havia desaparecimentos, como em outros locais... as pessoas não estavam ainda precisando de autoexilar (TRINDADE, 2014, s/p)<sup>8</sup>.

A experiência de Judite se mostra diferente da de Stênio, uma vez que este já liderava o movimento estudantil há alguns anos, ao passo que ela iniciava sua caminhada na militância e no mundo acadêmico. Sobre a existência de tortura, Heller (1988) relata vários casos já no início do regime em Curitiba, principalmente, liderados pelo delegado da DOPS, Ozias Algauer. Os mais perseguidos pelas forças da repressão neste período eram trabalhadores sindicalizados e lideranças de esquerda. Com relação à cautela inicial dos militares no enfrentamento com os estudantes, é importante considerar que muitos destes eram menores à época; também é importante frisar que, de acordo com o Manual da Escola Superior de Guerra, uma das estratégias da Guerra Psicológica era justamente o apelo ao convencimento ideológico, como nas “Operações psicológicas”, definidas como

Operações que incluem as Ações Psicológicas e a Guerra Psicológica. Compreendem as ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar num grupo –inimigo, hostil, neutro ou amigo –emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos Objetivos Nacionais (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p. 316).

Portanto, enquanto outros elementos da sociedade contrários ao regime eram perseguidos, os estudantes eram vistos como possíveis alvos da Guerra Psicológica, sendo que muitas universidades apostavam em estratégias de neutralização de alunos, tais como o desenvolvimento de programas de extensão universitária, que muitas vezes, levavam os estudantes para locais remotos do país, com o suposto objetivo de desenvolver áreas mais carentes<sup>9</sup>.

Após Stênio Salles Jacob e vários outros veteranos atuarem no convencimento de estudantes para que pedissem isenção de anuidade, chegava o dia do vestibular. Os primeiros

---

8 24:36 – 25:40. Disponível em: < <https://bityli.com/wThaxy> >. Acesso em: 01. jun. 2021.

9 Nesse sentido, Vieira (2014) analisa a extensão universitária no contexto da ditadura civil-militar. A UFPR capitaneou uma série de programas que prometiam desenvolvimento em áreas carentes do país, com o trabalho de universitários. Como exemplo, é possível citar o projeto Rondon e o CRUTAC. Para mais informações, ver VIEIRA, Carina Silva. Extensão Universitária: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (Dissertação de mestrado). Curitiba, 2014.

cursos da UFPR que teriam cobrança de anuidade seriam o de Direito e o de Engenharia, no período noturno. No dia do vestibular ocorreu a ocupação do Centro Politécnico da UFPR, e, como consequência, um confronto entre estudantes e as forças de repressão. Sobre esse evento, José Antônio Trindade, companheiro de Judite Barboza Trindade e aluno do curso de Letras da UFPR, integrante da direção do Diretório Acadêmico Rocha Pombo, traz as seguintes considerações:

A nossa intenção era invadir o Centro Politécnico e barrar, não sei de que forma seria, o vestibular, para também cortar pela raiz essa...tentativa do governo da ditadura. Só que havia uma força policial que nós não esperávamos encontrar muito forte, muito bem armada... nós com nossos estilingues e bolinhas de vidro, jogávamos embaixo dos cavalos e não conseguíamos muita coisa. Tivemos que sair correndo, perseguidos por cavalos e cassetetes, tendo que nos esconder em casas lá que nos acolheram (TRINDADE, 2014, s/p)<sup>10</sup>.

O saldo da “batalha do Politécnico” foi de mais de 70 estudantes detidos, dentre os quais estava Stênio Salles Jacob. Logo em seguida, houve uma manifestação de quase 3 mil estudantes (SILVA, 2018, p. 74) no quartel da Polícia Militar da rua Marechal Floriano Peixoto, no bairro Rebouças, exigindo a soltura de seus companheiros. De acordo com o relato de Stênio, após a soltura, houve uma advertência por parte dos policiais de que não haveria mais tolerância com relação a manifestações estudantis e que, a partir de então, tais movimentos seriam reprimidos com todo o vigor. Tal alegação vai de encontro às próximas ações estudantis e desdobramentos da repressão.

Conforme relata José Antônio Trindade, com o objetivo de colocar um ponto final na questão do ensino pago, optou-se pela ocupação da Reitoria da UFPR no dia seguinte. Este episódio contou com a famosa derrubada do busto do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, o qual foi arrastado pelo campus. Além disso, os estudantes bloquearam as ruas no entorno e formaram barricadas com carros que iam parando (HELLER, 1988, p. 296). De acordo com o relato de Stênio, houve uma intermediação do governador, Paulo Pimentel, para que as forças policiais não interviessem. O governador chamou Stênio para que conversassem, propondo uma negociação direta com o Ministério da Educação. Mais tarde foi conformada a vitória dos estudantes: o ensino pago não seria implementado. Essa ação do governador pode ser considerada como uma estratégia de acomodação, uma vez que houve uma tentativa de consenso com os estudantes, sendo que muitos deles, por meio dos relatos utilizados neste artigo, comentam o caráter conciliador do governador.

---

10 Disponível em: < <https://bityli.com/KXbKD>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Nesse ínterim, é importante ressaltar que os episódios descritos pelos depoentes encontram eco em documentos como a Comissão Estadual da Verdade, bem como em pastas temáticas da DOPS, que relatavam as prisões destes. A subjetividade dos juízos de valor, obviamente são inerentes às interpretações dos próprios ex-estudantes e as diversas nuances da memória.

Com relação a esses dois episódios da revolta estudantil, a “batalha do Politécnico” e a tomada da Reitoria da UFPR, é importante entender que as ações discentes tiveram um caráter bastante impulsivo. Conforme analisa Jesi,

É possível descrever toda revolta como uma suspensão do tempo histórico. A maior parte daqueles que participam de uma revolta escolhem comprometer sua individualidade em uma ação cujas consequências não sabem e não podem prever. No momento do confronto, só uma minoria é consciente de todo o desenho estratégico em que esse confronto se coloca (se é que esse desenho existe), como de uma precisa mesmo se hipotética, concatenação de causas e efeitos. [...] Toda revolta é batalha, mas uma batalha da qual se escolheu participar deliberadamente. O instante da revolta determina a fulminante autorrealização, e objetivação de si como parte de uma coletividade (JESI, 2018, p. 71).

O pensador italiano, ao analisar o termo revolta, enfatiza que nesse ínterim o tempo histórico dito normal é suspenso. Dessa forma, ao analisar os testemunhos sobre os eventos aqui apresentados, é possível ver que, por meio dessas narrativas, de fato, há um ponto de convergência dos entrevistados em relatar os fatos de uma maneira em que o tempo passa a ser visto e vivido de outra maneira, numa espécie de confluência dos atores numa dinâmica coletiva que pretende abolir a “normalidade” do tempo histórico. O autor ainda chama a atenção para o fato de que no momento da revolta a apropriação da cidade ganha contornos próprios:

Pode-se amar uma cidade - aí lê-se -, podem-se reconhecer suas casas e suas ruas nas mais remotas ou mais caras memórias; mas apenas na hora da revolta a cidade é sentida como verdadeiramente a própria cidade: própria, pois, campo de uma batalha escolhida e que a coletividade escolheu; própria, pois espaço circunscrito em que o tempo histórico é suspenso e que todo ato vale por si mesmo, em suas consequências absolutamente imediatas. Apropriamo-nos de uma cidade, fugindo e avançando no alternar dos ataques, muito mais do que brincando como crianças por suas ruas, ou por elas passeando mais tarde com uma moça. Na hora da revolta, não se está mais só na cidade (JESI, 2018, p. 72).

Durante a ocupação dos campi, os estudantes passaram a se identificar de uma forma mais intensa com a universidade e com a cidade em que viviam. Este sentimento é

latente na análise de suas narrativas, que enfatizam a importância desta experiência e de como ela transformou suas vidas.

Todavia, o ânimo dos estudantes entrava em seu outono, pois ao se aproximar o final do ano de 1968, a repressão ia gradativamente aumentando e, assim, a relativa liberdade de protesto estudantil estava com seus dias contados. A ação truculenta contra os universitários alcançou um nível até então inédito no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, no interior de São Paulo, cuja ação resultou na prisão de mais de 700 estudantes, o que Reis classifica como “o canto do cisne” (REIS, 2014, p. 73). O Congresso tinha por objetivo traçar quais seriam os próximos passos do movimento, o qual já mostrava sinais de cisão, com parte defendendo a resistência democrática e parte defendendo a luta armada como solução (HAGEMeyer, 2016, p. 126-127). Uma das lideranças paranaenses presentes neste evento foi João Bonifácio Cabral Júnior, então estudante de Direito da PUCPR e presidente do Centro Acadêmico do referido curso. João conta que ao chegarem ao local foi possível perceber o nível de desorganização do evento, pois não havia alimentos suficientes para todos. Este problema foi justamente o que trouxe maiores complicações para eles, pois

Chegou-se à conclusão de que os alimentos que foram organizados lá eram insuficientes... uma coisa interessante é que nós estávamos com o carro do Stênio [Salles Jacob] que era presidente da UPE, havia liberado um caminhão da UPE para dar apoio lá para a estrutura do Congresso. Eu sei que o pessoal da organização usou esse caminhãozinho para ir lá na cidade de Ibiúna, para comprar mais alimentos. Chegaram lá num açougue e arremataram todas as peças de carne que tinha, foram em um outro armazém e compraram um monte de comida e isso chamou a atenção... um desses comerciantes ligou para o delegado e daí a polícia, os órgãos de repressão que sabiam que estava havendo esse congresso em algum lugar, se deslocaram para lá. [...] cercaram aquela fazenda em que nós estávamos e o congresso nem havia iniciado... então pela manhãzinha, ali pelas 5 horas da manhã, as forças policiais atacaram lá, invadiram aquela fazenda [...] (CABRAL, JUNIOR, 2014, s/p)<sup>11</sup>.

De acordo com o relato de João Bonifácio a indiscrição dos estudantes contribuiu para que as forças da repressão soubessem da localização do Congresso estudantil. Todavia, houve outros motivos que chamaram a atenção das autoridades. Conforme salienta Hagemeyer (2016, p. 133), algumas lideranças estudantis haviam recebido dinheiro de alguns veículos de imprensa para que estes pudessem cobrir o evento, o que mostrava uma contradição entre preservar a imagem e o desejo de publicidade.

Dentre as lideranças estudantis presas nesta ocasião, estava Elizabeth Franco

---

11 21:03 – 23:06. Disponível em: < <https://bityli.com/Uxuzn>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

Fortes, que havia cursado o primeiro ano do curso de Jornalismo na PUCPR, migrando depois para a UFPR e se engajando no movimento estudantil, cuja atuação era parecida com a de seus companheiros, ao lutar contra as políticas implementadas pela ditadura:

[sobre a repressão] o que está acontecendo não é certo, não é justo, não concordo e não vou calar a minha boca [...] Então, a partir deste momento nós começamos a ver que situação estava complicada e em outubro de 68 com o Ato Institucional nº 5 acabou-se que... primeiro que a UNE estava dissolvida, o órgão de representação estudantil... nós temos que ter uma representação, nós somos estudantes [...] não podemos nos calar simplesmente, o medo não pode fazer com que a gente fique quieta... aí vamos para Ibiúna, para a eleição do representante da UNE [...] e vamos para Ibiúna, onde acabamos sendo presos. Daqui do Paraná tinha aproximadamente umas 20 pessoas [...] desses acredito que pelo menos umas 5 ou 6 mulheres estávamos lá e os rapazes. Ficamos presos, fiquei uma semana presa em São Paulo. Somos fichados pelo DOPS de São Paulo (FORTES, 2014, s/p)<sup>12</sup>.

Nesse trecho do testemunho, Elizabeth confunde a data da implementação do AI5, que só foi decretado em dezembro de 1968. Analisando a fala de outros participantes do movimento estudantil da época, constata-se que muitos cometem o mesmo equívoco de relacionar este congresso e suas consequentes prisões com o AI-5. É interessante notar que a memória destes ex-estudantes e sua rede de transmissões ao longo dos anos forma aquilo que Caudau (2005) chama de “sociotransmissores”, que seriam mecanismos que estabelecem uma cadeia causal-cognitiva entre dois (ou mais) espíritos-cérebros. Fazendo uma analogia, estes sociotransmissores atuariam como neurotransmissores, facilitando a conexão entre indivíduos. Candau analisa assim a forma como as recordações individuais podem receber certos estímulos de um grupo, ao ponto de produzir uma representação partilhada, como é o caso a rede de amizades que estes agentes mantiveram ao longo dos anos, tendo sempre vários pontos de convergência, até mesmo em inexatidões. Tais considerações de Candau também possuem semelhanças com as noções da construção da memória coletiva, de Maurice Halbwachs (1990) e “enquadramento da memória”, de Michael Pollak (1989). Para Pollak algumas memórias são solidificadas dentro de um grupo, mantendo a coesão interna, ao passo que, muitas vezes, memórias divergentes acabam de fora.

Após o congresso frustrado, houve uma tentativa, por parte dos discentes, de continuar o evento então reprimido, porém desta vez em Curitiba, em um comício que nasceu disfarçado de churrasco (HELLER, 1988, p. 310). O local ficava em uma área relativamente

---

12 11:12 – 13:20. Disponível em: < <https://bityli.com/sgXFW> >. Acesso em: 8 jun. 2021.

isolada à época, no bairro Boqueirão, em um sítio que ficou conhecido como “Chácara do Alemão”.

Muitos estudantes não tinham noção de que estavam sendo monitorados pelas forças de segurança, que já sabiam de antemão do evento que estava por ocorrer (SILVA, 2018, p. 111). Para entender a repressão que ocorreu de forma até então inédita, é importante entender que o conclave estudantil se deu no dia 17 de dezembro de 1968, ou seja, apenas 4 dias após a promulgação do AI-5, o que dava prerrogativas sem precedentes às forças da repressão, ansiosas então por uma oportunidade de poder prender aqueles considerados subversivos. A ação da Polícia Militar foi rápida, pois estudantes que estavam se deslocando da Praça Rui Barbosa já estavam em seus radares. A atuação das forças de repressão se deu já nos primeiros instantes do comício, sem tempo para reação. Dessa vez, as prisões foram as mais numerosas até então: dos 42 estudantes presos, 15 foram condenados, o que representou algo até então não visto pelo movimento estudantil de Curitiba. Com o AI-5 não havia a possibilidade de requerer o relaxamento da prisão, uma vez que não havia mais o direito para o pedido de *habeas corpus* para crimes considerados políticos e/ou contra a segurança nacional<sup>13</sup>.

Desse momento em diante, a Guerra Psicológica adquire outra faceta: diferente do convencimento, agora as ações passam à intimidação, respaldadas pelo AI-5, elemento que virava completamente o jogo. Assim, nessa fase, “a Guerra Psicológica tem por objetivo desmoralizar o inimigo, dando-lhe uma sensação de insegurança, de impotência e, se possível, à sua posterior colaboração ativa com as autoridades legais” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p. 320).

Das lideranças estudantis citadas até aqui, apenas José Antônio Trindade não foi condenado, entretanto, foi afetado de maneira indireta, pois sua companheira Judite Barboza Trindade estava entre os que não conseguiram apelar para nenhum recurso.

Com a impossibilidade de uma resistência democrática, havia três alternativas para eles: engajar-se na luta armada, o exílio, ou optar pela acomodação, até que houvesse uma conjuntura política favorável. Sobre uma possível aliança com o partido contrário a ditadura, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), Hagemeyer (2016, p. 142), enfatiza que a recusa a uma aliança era uma das poucas unanimidades entre os estudantes, pois aceitar lutar ao lado deste partido era reconhecer um mecanismo criado pelo próprio regime que tentavam combater. A partir de então não se veriam mais manifestações de rua por

---

13 Art. 10 - Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular (BRASIL, 1968).

um longo tempo, e “por nove anos, do momento de seu decreto até a passeata estudantil da USP em 77, não se veria nas ruas do Brasil nem mesmo manifestações pacíficas de reivindicação” (HAGEMEYER, 2016, p. 143). Porém, o autor pondera que, para aqueles que antes haviam optado pela via pacífica, o AI-5 serviu a um propósito: derrubava o manto de regime democrático, para aqueles que ainda acreditavam na “revolução de 1964”. Assim, parte deles acreditava que havia cumprido seu papel. Já a insistência em tentar enfrentar o regime nos anos seguintes não parecia ser um caminho seguro. “Nesse caso, principalmente nos ‘anos de chumbo’, militar em um ‘centrinho’, ou ainda estar vinculado abertamente a alguma tendência de esquerda significava colocar a própria vida em risco. Muitos se arriscaram e alguns chegaram a perdê-la (MÜELLER, 2016, p. 85).

## **OS ESTUDANTES APÓS O EPISÓDIO DA “CHÁCARA DO ALEMÃO”**

Conforme as ponderações apresentadas, torna-se notório que as opções de resistência do movimento estudantil a partir de então estavam bastante reduzidas. Em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, houve tentativas de guerrilhas urbanas como estratégia de derrubar o regime. Mais tarde, na região do Araguaia, tentou-se uma guerrilha rural, completamente desbaratada pelos militares, assim como as guerrilhas urbanas. Em Curitiba, grande parte dos estudantes optaram por uma acomodação temporária, no sentido de aguardar novas possibilidades de mobilização. Outros, foram para o exílio ou se aventuraram pelas guerrilhas.

Os partícipes estudados até aqui se viram com opções bastante reduzidas, uma vez que se encontravam presos e, além disso, posteriormente, foram alvo da constante vigilância das forças de segurança. Nesse sentido, Stênio Salles Jacob pondera

Veja, eu tinha uma conexão muito forte com o pessoal da AP (Ação Popular), mas em nenhum momento eu me dispus a me filiar a nenhuma organização, até porque não me convenciam de que os métodos por eles pretendidos dessem resultado. Se falava em luta armada e eu não conseguia perceber de onde é que viria a logística para sustentar uma luta armada nesse país. Tanto é que todas as tentativas foram rapidamente massacradas pela ditadura. Então eu preferi atuar de forma independente, sem perder as relações com todas as organizações, tanto é que fui candidato a presidente da UPE com apoio de todas elas (JACOB, 2014, S/P)<sup>14</sup>.

Não se pode esquecer que, ao se trabalhar história oral, deve-se atentar ao fato de que o olhar do depoente é permeado pelo presente. Conforme lembra Portelli (2016, p. 18),

---

14 32:00-34:30. Disponível em: < <https://bityli.com/nyDDb> >. Acesso em: 01 jun. 2021.

“a memória, na verdade, não é um depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significados”. A visão de Stênio, como de todos os partícipes das entrevistas é permeada por uma relação “do presente colorindo o passado”, conforme salienta Pollak (1989). Desta forma, enxergar com esta clareza a opção pela resistência pacífica em detrimento da luta armada, parece mais certa ante os desdobramentos posteriores.

Além da inviabilidade em tentar montar uma resistência pacífica, Stênio encontrou outros problemas ao sair da prisão. Muitas pessoas, com medo da repressão, se afastaram, o que diminuía consideravelmente seu círculo de influência. Ademais, havia outra preocupação: arrumar um emprego. Ao longo de sua narrativa, o ex-líder estudantil diz que esta era uma tarefa quase impossível na época. Outra questão era a orientação de seus advogados para que ele não se envolvesse em nenhum movimento, pois essa cautela poderia amenizar a perseguição contra si.

Após o evento da Chácara do Alemão, Judite Barboza Trindade foi condenada a quatro anos de prisão, tendo sua pena sendo reduzida a um ano de detenção (OLIVEIRA, SAHD, CALCIOLARI, 2014, P. 251). Durante o tempo em que esteve presa, dividiu cela com Elizabeth Franco Fortes, sendo que ambas foram as duas únicas mulheres condenadas por este evento, cumprindo a pena também no presídio do Ahú, tal como os homens condenados. Como um exemplo do regime de exceção a que os opositores à ditadura estavam submetidos, o seguinte trecho da Comissão Estadual da Verdade traz o relato de que

(Judite e Elizabeth) Foram julgadas no quartel que ficava na Praça Rui Barbosa, por militares, **embora fossem civis**, sendo condenadas a quatro anos de prisão, e conseguiram, por meio de seus advogados, responder em liberdade. Mas logo ao chegarem à casa, **foram presas novamente, sob a alegação de que o benefício foi revogado** (CEV, 2014, p. 509, grifos meus).

O trecho em questão traz algumas informações importantes para esta análise: embora fossem civis, foram julgadas por militares (o que se mostrou bastante corriqueiro no regime); além disso, sem maiores explicações, foram informadas de que o benefício de responderem em liberdade havia sido suspenso, provavelmente devido à revogação ao direito de *habeas corpus*, oriunda do AI-5, recém implementado<sup>15</sup>.

---

15 Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 04 ago. 2021.

Após sair do presídio, Elizabeth reflete que foi difícil voltar à normalidade, uma vez que o medo era constante. Tentou voltar em seguida ao curso de jornalismo, na UFPR, apresentando um requerimento para sua readmissão, porém foi informada que o pedido foi negado, sob o argumento de que seria uma má influência para os demais estudantes. Procurando uma solução para o impasse, conseguiu uma transferência para a PUCPR, podendo concluir seu curso (FORTES, 2014, s/p)<sup>16</sup>.

Em seguida, conseguiu uma vaga na TV Iguazu, de Paulo Pimentel, o qual teria se isentado de reprová-la ou contratá-la, deixando a decisão nas mãos de seus editores. Graças à intercessão de seu ex-professor, João Feder, então assessor de Pimentel, conseguiu o emprego. É importante notar a atitude de Pimentel, que até 1971 havia sido governador do Estado e personagem central na negociação com os estudantes no episódio da reitoria. Sua fama de político moderado, a despeito de alinhado com a ditadura, aqui encontra eco no relato de Elizabeth. Se, por um lado, o dono da TV Iguazu não aprovou a contratação de Elizabeth, por outro, não se opôs quando Feder optou pela contratação da jovem jornalista. Conforme analisa Motta (2014) ao longo de seu livro, o perfil de civis alinhados à ditadura variava bastante.

Com relação a José Antônio Trindade, sua militância arrefeceu neste período, uma vez que a vigilância sobre ele ainda era intensa. José relata que até mesmo quando dois colegas de movimento estudantil se encontravam na rua evitavam se cumprimentar para não chamarem a atenção, o que ele caracteriza como “um exílio voluntário, mas forçado” (TRINDADE, 2014, s/p)<sup>17</sup>. O paradoxo de sua frase é compreensível: era voluntário, no sentido de que era uma iniciativa própria, porém forçado, porque era uma maneira de se evitar colocar a si próprio e os companheiros em risco. José voltou à militância na segunda metade dos anos setenta, participando da luta dos professores por melhores condições de trabalho (OLIVEIRA, SAHD, CALCIOLARI, 2014, p.242).

João Bonifácio Cabral Júnior, por sua vez, avaliava que, após cumprir a pena de um ano e meio no presídio do Ahú, teria 3 opções: ou se desvinculava do movimento estudantil, iria para o exílio ou a luta armada. De acordo com suas considerações, a última opção era equivocada, uma vez que “ela pretendia que com o enfrentamento, outros setores da sociedade pudessem vir para este enfrentamento... mas ficou distanciado da sociedade a nível de organização” (CABRAL, JÚNIOR, 2014, s/p)<sup>18</sup>. Ainda na prisão, João conseguia

---

16 30:00 – 31:50. Disponível em: < <https://bityli.com/wThaxy> >. Acesso em: 01 jun. 2021.

17 21:30-22:52. Disponível em: < <https://bityli.com/KXbKD> >. Acesso em: 01 jun. 2021.

18 40:00 – 42:31. Disponível em: < <https://bityli.com/Uxuzn> >. Acesso em: 01 jun. 2021.

ter acesso ao conteúdo das aulas, graças a colegas que as gravavam e datilografavam os conteúdos para que ele tivesse acesso, tendo também autorização para sair do cárcere a fim de realizar as provas, sempre acompanhado de dois guardas. Entretanto, mais de um ano após a realização de aulas nesse formato, foi informado por seus advogados de que teria que refazer o ano letivo todo novamente, pois, de acordo com o Ministério da Educação, não tinha presença suficiente nas aulas. A alegação do Ministério chega a ser cômica, uma vez que o estudante estava impossibilitado de frequentar as aulas por estar preso. Após a saída da prisão, João Bonifácio dedicou seus esforços a terminar o curso, entretanto no dia de sua formatura recebeu um telegrama do então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, impedindo-o de colar grau, em razão de sua vida pregressa de estudante. Após seu advogado ter impetrado um mandado de segurança, conseguiu uma colação de grau exclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento estudantil do Paraná teve forte atuação no enfrentamento à ditadura civil-militar e suas políticas educacionais verticalizadas. Durante muito tempo houve um silenciamento por parte das memórias desses estudantes, uma vez que a conjuntura não era favorável a seus relatos. Mais tarde, com a abertura democrática, novas possibilidades na reconfiguração daquilo que Candau chama de “memórias compartilhadas” (Candau, 2005) eram criadas. Durante a década de 2010, na conjuntura de governos de centro-esquerda na América Latina e os desdobramentos das Comissões da Verdade, surgiram no Brasil inúmeras iniciativas no sentido de documentar os relatos daqueles que haviam sofrido represálias na ditadura civil-militar. O projeto *Depoimentos para a História*, do qual se originaram uma série de vídeos, dos quais cinco foram analisados no presente estudo, é oriundo dessa conjuntura favorável. Conforme pondera Pollak,

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes das redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1988, p. 3).

É possível compreender que a estratégia de acomodação dos estudantes relacionados neste artigo se deu no sentido de uma recuada forçada, diante do impasse a que a circunstância política pós-AI-5 impunha. Havia a possibilidade de exílio ou luta armada, o que muitos fizeram. Entretanto, os cinco ex-estudantes aqui analisados estavam, tal como

muitos outros Brasil afora, com suas vidas bastante prejudicadas devido às prisões, de modo que a prioridade então era reorganizar seus estudos e suas vidas pessoais.

Com a abertura “lenta, gradual e segura” e o refluxo provocado pela economia em declínio, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, (REIS, 2016, p. 119), abriu-se o terreno para a retomada das manifestações de massa, às quais os estudantes voltaram a aderir.

## BIBLIOGRAFIA

CAUDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Instituto Piaget: Lisboa, 2005.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcos Roberto de. O marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.47, p. 271-302, 2004.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *Caminhando e cantando: o imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968*. São Paulo: EDUSP, 2016.

HALBWACKS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

JESI, Furio. *Spartakus: simbologia da revolta*. (Tradução de Vinícius Nicastro Honesko). São Paulo: N-1 Edições:, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

MÜELLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

OLIVEIRA, Narciso Pires de; SAHD, Fabio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná*. Curitiba: DHPaz, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. [Tradução de Ricardo Santiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

SILVA, Luiz Gabriel da. *Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para ensino de história local 153f*. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Paraná, 2018.

VIEIRA, Carina Silva. *Extensão Universitária: concepções presentes na formalização, em propostas e praticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (Dissertação de mestrado)*. Curitiba, 2014.

ZAPARTE, Andrea. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unioeste, Marechal Cândido

Rondon, 2011.

## FONTES AUDIOVISUAIS

CABRAL Júnior, João Bonifácio. DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo).

Disponível em: < <https://bityli.com/Uxuzn>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

FORTES, Elizabeth Franco. DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo).

Disponível em: < <https://bityli.com/sgXFW>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

JACOB, Stênio Sales. DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo). Disponível em: <<https://bityli.com/nyDDb>>. Acesso em 7 jun. 2021.

TRINDADE, Judite Barboza. DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=F-TKIkWwm8s&t=2128s>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

TRINDADE, José Antônio. DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo). Disponível em: < <https://bityli.com/KXbKD> >. Acesso em: 4 jun. 2021.

## FONTES ESCRITAS

BRASIL, Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1968. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1964. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L4464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4464.htm)>. Acesso em: 8 jun. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0228.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0228.htm)>. Acesso em: 8 jun. 2021.

DIÁRIO DA TARDE. Trinta Mil Pessoas Protestaram Contra Encampação Colegiais. 25 mar. 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/105259>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

DIÁRIO DO PARANÁ. Povo nas ruas repudiou comunização do ensino. 25 mar. 1964 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/48715>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. Relatório da Comissão Estadual da verdade Tereza Urban, 2014. Disponível em: <<https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

Recebido em 04/05/2022

Aprovado em 23/06/2022